

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O IC3 é uma via estruturante ao desenvolvimento económico desde as regiões de Coimbra e Santarém, até Setúbal, mas continua interrompido nas regiões da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo. Esta descontinuidade tem fortes implicações no desenvolvimento da capacidade empresarial, captação de investimentos e a fixação de população na região, em particular nos concelhos de Almeirim, Alpiarça, Chamusca, Golegã, Barquinha e Constância.

O reconhecimento de um investimento estruturante essencial é referido em diversos documentos oficiais, dos quais se destacam o Plano Rodoviário Nacional (PRRN/2020), o Plano Nacional de Investimentos (PNI/2030), o Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI30) e o Plano Regional de Ordenamento do Território/oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT).

Para além disso, é um compromisso de honra do Governo de Portugal desde há vários anos, até agora não cumprido, de contrapartida pela construção do Eco-Parque do Relvão na Chamusca.

Em 2018, foi aprovada por unanimidade uma resolução da Assembleia da República, que recomendava a conclusão do IC3, a construção da nova ponte “Chamusca-Golegã e a regularização do trânsito na atual ponte da Chamusca. Um ano depois, em 2019, outra resolução da Assembleia da República, voltou a recomendar ao Governo que na análise dos investimentos para 2021/2030 esta situação fosse, igualmente, contemplada, chamando a atenção para a segurança de transporte de resíduos perigosos para a Chamusca.

Desta forma, o missing link do IC3, para além de ser um bloqueador ao desenvolvimento económico e social da região, constitui um perigo para a saúde pública e segurança coletiva, uma vez que diariamente passam pelos centros urbanos de diversas localidades milhares de viaturas pesadas carregadas com resíduos urbanos, industriais ou hospitalares destinados ao Eco-Parque do Relvão na Chamusca.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o

Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro das Infraestruturas, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério das Infraestruturas conhecimento desta situação?
2. Porque é que as Resoluções da Assembleia da República de 2018 e 2019, aludidas anteriormente, não foram cumpridas?

Palácio de São Bento, 31 de maio de 2023

Deputado(a)s

MARIANA MORTÁGUA(BE)